



Entre as reivindicações apresentadas está o reajuste salarial

SEPE aprova estado de greve dos profissionais da Educação

O Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE/ Petrópolis) aprovou, por unanimidade, em assembleia geral realizada nesta quarta-feira (26), a entrada dos profissionais da rede municipal de ensino em estado de greve. Entre as reivindicações apresentadas pela categoria está o reajuste salarial. O SEPE defende uma correção de pouco mais de 13%, enquanto a Prefeitura teria apresentado proposta de 4,64%, com pagamento previsto somente a partir de janeiro. A categoria também cobra mudanças no vale-alimentação, atualmente pago por meio do cartão Ypê Social, com proposta de aumento do benefício de R\$ 100 para R\$ 150. Outro ponto citado pelo sindicato é a situação dos enquadramentos funcionais, que, segundo a categoria, estão congelados. A proposta apresentada prevê o pagamento para cerca de 100 servidores por mês, número considerado insuficiente diante da demanda existente.

Pagamento do piso nacional do magistério

Os profissionais também reivindicam o pagamento do piso nacional do magistério, além de melhorias na estrutura das unidades de ensino. Segundo o Sindicato, a falta de insumos nas escolas tem dificultado o desenvolvimento das atividades e o cumprimento das funções dos profissionais. A categoria ainda aponta preocupação com o atraso no pagamento dos funcionários aposentados da rede municipal.

ARQUIVO/TV CORREIO DA MANHÃ



O SEPE divulgou também as próximas ações a serem realizadas

Reuniões de alinhamento e paralisação efetiva

O SEPE/Petrópolis informou ainda que o estado de greve foi oficializado à Prefeitura nesta quinta-feira (27). Entre os próximos encaminhamentos estão reuniões de alinhamento nas unidades da rede municipal, de 27 de agosto a 4 de setembro, quando também será realizada uma nova assembleia da categoria. O sindicato também prevê um ato dos servidores em 7 de setembro e uma paralisação das atividades no dia 10 de setembro. Na sequência, estão previstas novas reuniões e atos para definir os próximos passos do movimento.

Petrópolis recebe municípios da Região Serrana

Petrópolis recebeu na última quinta-feira (27), representantes de 10 municípios da Região Serrana para a 7ª Plenária da Comissão Intergestores Regional (CIR Serrana). O encontro teve como objetivo discutir as principais demandas da saúde na região e buscar soluções conjuntas para o fortalecimento dos serviços oferecidos à população. A plenária também contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES).

Encaminhamentos

Durante a plenária, foram apresentados dados sobre o cenário epidemiológico dos municípios da Região Serrana, com destaque para a importância da ampliação da cobertura vacinal, especialmente contra o sarampo, diante do registro recente de casos no estado de São Paulo. Também foram discutidas demandas dos municípios que serão encaminhadas.

Direito do idoso

Foi aprovado em sessão plenária na Câmara Municipal de Petrópolis, o Projeto de Lei nº 2784/26 do vereador Júnior Coruja (PSD), que propõe garantir às pessoas idosas e às pessoas com deficiência o direito à presença de acompanhante durante consultas e exames realizados em estabelecimentos de saúde públicos e privados do município.

Assegurar dignidade

O objetivo é assegurar mais dignidade, segurança, acessibilidade e acolhimento durante os procedimentos de saúde, especialmente para pessoas que possam enfrentar dificuldades de comunicação, locomoção, compreensão das orientações médicas ou situações de fragilidade emocional. O projeto também determina que as unidades de saúde informem.

Multa e advertência

Em caso de descumprimento, os estabelecimentos privados estarão sujeitos a advertência escrita na primeira ocorrência. Em caso de reincidência, a proposta prevê multa de R\$ 5 mil por pessoa prejudicada, com o valor destinado ao Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e reajustado pelo IPCA-E. O projeto segue ao Poder Executivo para sanção.

Ofício à CPTrans

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Petrópolis encaminha nesta quinta-feira (27) um ofício à CPTrans e ao interventor da TURP Transporte Urbano de Petrópolis, Junior Cezar Maurício Marinho, solicitando o agendamento, em caráter de urgência, de uma reunião para tratar dos possíveis impactos da ordem judicial de despejo.

Impactos da decisão

A entidade sindical pretende obter informações concretas sobre as providências que estão sendo adotadas diante da determinação da Justiça e, principalmente, sobre a forma como a desocupação do imóvel poderá repercutir diretamente sobre os trabalhadores que atualmente exercem suas atividades na TURP.



Terminais do Centro, Corrêas e Itaipava podem servir como base à noite

Desocupação da garagem da TURP começa após decisão do TJ-RJ

Ônibus são distribuídos provisoriamente entre garagens na Castelânea e Posse

Por **Gabriel Rattes**

A desocupação da garagem e base operacional da TURP, em Itaipava, começou na manhã desta quinta-feira (27), após a Justiça manter a ordem para retirada da empresa do imóvel. Segundo a intervenção administrativa da Prefeitura de Petrópolis, foram adotadas até o último momento medidas jurídicas e tentativas de negociação com a proprietária para evitar a saída imediata, mas não houve acordo. O Município afirma que só tomou conhecimento da ação quando recebeu a ordem de despejo.

Com a manutenção da decisão judicial, a retirada envolve uma estrutura de grande porte. De acordo com a Prefeitura, o procedimento inclui o reboque dos ônibus, a desmontagem e transferência de máquinas da oficina mecânica, equipamentos de apoio e demais itens utilizados na operação. Neste primeiro momento, os coletivos estão sendo distribuídos provisoriamente entre as garagens da Castelânea e do distrito da Posse.

A intervenção também informou que avalia utilizar, durante o período noturno, os terminais de integração do Centro, Corrêas e Itaipava como bases de apoio para a frota. A Prefeitura admite que, diante da complexidade da transição emergencial, algumas linhas podem sofrer impactos.

Em nota, a intervenção afirmou que a TURP acumulava mais de R\$ 600 mil em dívidas somente com aluguéis, passivo que, segundo o Muni-

cípio, já ultrapassava um ano. A Prefeitura disse ainda que esse valor se soma a outras dívidas e problemas trabalhistas e operacionais.

Segundo o Município, enquanto o recurso ainda era analisado pela Justiça, já havia sido iniciado o mapeamento preventivo de terrenos próximos às áreas de atuação da TURP para buscar alternativas capazes de reorganizar a operação.

A garagem da TURP, localizada na Rodovia BR-040, em Itaipava, é alvo de uma ação de despejo movida pela proprietária do imóvel, Patrimony Administradora de Bens S.A. A liminar para desocupação voluntária em 15 dias foi concedida em 22 de julho, e a empresa foi intimada em 4 de agosto.

Desde então, a TURP e a Prefeitura tentaram suspender a medida ou ampliar o prazo para a saída, alegando que o imóvel funciona como garagem e base operacional e que a retirada poderia comprometer o serviço. Na quarta-feira (26), a 1ª Vara Cível de Itaipava rejeitou novo pedido da empresa para permanecer no local por 180 dias e manteve o mandado. Nesta quinta-feira (27), o TJRJ também negou o recurso.

Os magistrados reconheceram a importância do transporte público, mas que essa circunstância não permite obrigar a proprietária a manter a ocupação do imóvel. O TJRJ apontou como alternativas a busca por outro imóvel, eventual desapropriação, acordo com a proprietária ou mediação judicial.